

Apresentação

Há muito que o Direito Financeiro precisa fomentar os estudos e debates em seus diversos temas, o que tem se intensificado nas duas últimas décadas, mas ainda é pouco. A importância que têm representado as diversas questões abrangidas por essa fascinante área do Direito faz com que mereça muito mais. Em especial no âmbito da fiscalização financeira e orçamentária, que tem um papel fundamental na proteção do erário, garantindo a boa aplicação dos recursos públicos.

Por essas razões é que iniciativas como a do Tribunal de Contas do Estado de Goiás, de criar, organizar e manter a *Revista Controle Externo*, precisam ser muito elogiadas. Parabéns à instituição, à sua Editora Executiva, Conselheira Substituta Heloísa Helena Godinho, e a todos que integram esse projeto, cujo início e condução estão demonstrando a alta qualidade da publicação, com autores, temas e artigos que elevam o nível dos debates e colaboram para o aperfeiçoamento do conhecimento dos assuntos abordados. Além disso, deixam clara a importância de conectar a experiência daqueles que têm contato direto com a realidade dos órgãos de controle com os acadêmicos e as mais recentes e relevantes discussões teóricas.

Este terceiro número é a prova disso. Vê-se, nos textos que o integram, a presença de todas essas qualidades. Abordam-se desde questões que estão na fronteira do conhecimento, como o uso da inteligência artificial nas atividades de controle, em dois textos, até temas atuais, como a transparência durante a pandemia e o impacto do teletrabalho nas atividades de fiscalização. O aperfeiçoamento na atividade dos órgãos de controle é exposto nos artigos que versam sobre aperfeiçoamento na metodologia para definição de preços na aquisição de medicamentos e na abordagem dos regimes para licitações e contratos. E os aspectos sancionatórios, extremamente relevantes na atuação dos tribunais de contas, mas que ainda geram muitas controvérsias na aplicação de suas normas, recebem especial atenção nos artigos que tratam do cartel nas licitações públicas e da responsabilidade administrativa pelas contas de gestão. Não obstante essa multiplicidade de textos que colaboram para melhorar a interpretação e aplicação das normas de controle, não é deixado de lado o necessário aprofundamento teórico, com o ensaio que leva à reflexão sobre os aspectos comportamentais que interferem nas decisões tomadas pelos seres humanos.

Os leitores têm em mãos um volume que realmente acrescenta conhecimento, ensinamento e reflexões a todos aqueles que buscam o crescimento intelectual e o desenvolvimento profissional.

Boa leitura!

José Mauricio Conti

Professor de Direito Financeiro da Faculdade de Direito da USP.
Mestre, Doutor e Livre-docente em Direito Financeiro pela USP.

